

Políticas institucionais de enfrentamento do plágio acadêmico: O caso de uma instituição de ensino superior

Maurício Luiz Marinho De Melo
Alexsandro Dos Santos Machado
Rafael Arenhaldt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo

O artigo apresenta um recorte da pesquisa intitulada *Ações institucionais de enfrentamento do plágio e de promoção da integridade acadêmica nas instituições de ensino superior*, que teve como cenário e estudo de caso uma Instituição de Ensino Superior (IES) brasileira. Tal universidade foi escolhida por figurar como a única entre as dez melhores brasileiras que possuía uma normativa específica sobre o plágio acadêmico em seu código disciplinar discente. Diante disso, objetivou-se avaliar os impactos causados pela referida normativa no cotidiano acadêmico da IES. Para tanto, como categorias de análise sobre as ações de enfrentamento do plágio, foram consideradas as propostas: institucionais, preventivas, diagnósticas e corretivas. A investigação apontou que a IES estudada não lança mão de todas as ações supracitadas, restringindo-se a intervenções preventivas e corretivas esporádicas, não envolvendo a comunidade acadêmica como um todo. Quanto à normativa sobre o plágio, ficou evidenciado que, embora reflita uma preocupação com o tema, ela sequer é de conhecimento dos docentes e discentes. Em suma, conclui-se que a institucionalização de uma norma, descolada de processos institucionais educativos e preventivos, não tem fomentado uma política institucional geradora de impactos significativos na promoção da integridade acadêmica da comunidade universitária.

Palavras-chave: plágio; autoria; integridade acadêmica; ensino superior

Institutional policies for the confrontation of academic plagiarism: The case of a higher education institution

Abstract

This article presents a cutout of the research titled *Statutory confrontation actions against plagiarism and for the support of academic integrity in college education institutions*, that had as its scenario and case of study a Brazilian College Education Institution (CEI). Such university was chosen due to the fact that it is the only one among the ten best Brazilian universities that has a specific normative ruling on academic plagiarism in its student disciplinary code. Therefore, it was intended to evaluate the impacts caused by the referred normative ruling in the CEI's daily academic life. For this purpose, the following proposals were considered as categories of analyses about plagiarism

confrontation actions: institutional, preventive, diagnostic and corrective actions. The research indicated that the CEI evaluated does not use all the actions referenced, limiting itself to incidental preventive and corrective interventions, and does not involve all the academic community. About the plagiarism normative ruling, it was pointed out that, although it reflects a certain concern about this issue, it is not even known by the students or the professors. It has been concluded that the institutionalization of a normative ruling, detached from preventive and educational institutional processes, has not fomented an institutional policy generator of significant impact in the promotion of academic integrity within the academic community.

Keywords: plagiarism; authorship; academic integrity; college education

1. Plágio acadêmico: Uma questão acadêmica?

A incidência do plágio no mundo acadêmico tem sido algo preocupante na realidade universitária nas últimas décadas. Alguns escândalos têm ocupado manchetes no Brasil e no mundo envolvendo, inclusive, personalidades públicas. O esforço deste trabalho, contudo, vai no sentido de apresentar alguns resultados a partir de uma investigação científica a respeito de políticas institucionais das universidades brasileiras no enfrentamento cotidiano do plágio acadêmico, numa desafiadora dinâmica educativa -e não meramente repressiva!- de profissionais da educação superior, investigadores e estudantes universitários, entrelaçados em seus fazeres inaudíveis em busca da consolidação de suas carreiras no competitivo mundo da produção científica.

Ao analisar, neste artigo, os movimentos e as políticas de enfrentamento institucional do plágio acadêmico, partindo de um estudo de caso realizado numa universidade específica, priorizamos compreender o modo pelo qual a referida Instituição de Ensino Superior (IES) estabelece ações de enfrentamento do plágio acadêmico. Optamos aqui por evidenciar o plágio a partir de uma instituição educativa tendo em vista a relevância do seu papel formativo dos profissionais e cidadãos de hoje e do amanhã. Este texto, portanto, é parte e fruto de uma pesquisa já concluída, *Ações institucionais de enfrentamento do plágio e de promoção da integridade acadêmica nas instituições de ensino superior*, que teve como propósito maior traçar um panorama atualizado sobre o tratamento do plágio, bem como da promoção da integridade acadêmica nas universidades brasileiras.

Os casos de plágio acadêmico, quando identificados, maculam a imagem e reputações individuais, bem como da instituição formadora. Diante disso, grande parte das universidades do mundo anglo-saxão já se debruçam sobre essa questão nas últimas décadas por meio de uma abordagem sistematizada do problema, envolvendo a prevenção, o diagnóstico, tomadas de medidas institucionais e de correção (KROKOSZ, 2012).

No Brasil, como se evidenciou no estudo de caso apresentado neste artigo, há pouco ou nenhuma institucionalização de políticas de caráter educativo e preventivo, o que não repercute em impactos significativos na promoção da integridade acadêmica da comunidade universitária.

Este artigo também se torna relevante ao contribuir com a produção científica sobre o tema e com a necessidade de se sistematizar a dimensão diagnóstica sobre o enfrentamento do plágio e promoção da integridade acadêmica no Brasil. Afinal, após intensa revisão de literatura realizada, se constatou que continua pertinente a afirmação de Azevedo (2006, p. 38) de que “[...] nenhuma instituição conhece a dimensão do problema da má prática científica no país, pela notória ausência de estudos e registros sobre o tema”.

Diante desse quadro, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) publicou um documento, referente ao papel das universidades brasileiras no tocante a ações de combate ao plágio, no qual descreve um cenário de negligência a respeito dessa questão, como podemos verificar a seguir:

[...] a propagação desta prática dá-se às claras e muitas universidades, com exceções, não adotam políticas contundentes do grande mal que assola a educação brasileira. Muitas instituições não têm estrutura para verificar as suas monografias com mais rigor, identificando plágios cometidos por seus discentes. Limitam-se, somente, a algumas aulas de metodologia científica que tratam de regras da ABNT e nelas pincelam normas de citação de textos (OAB, 2010, p. 3).

Seguindo as recomendações da OAB, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agente da política de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, por meio do documento “combate ao plágio”, endossa as recomendações anteriores para todas as universidades brasileiras:

[...] com base em orientações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que as instituições de ensino públicas e privadas brasileiras adotem

políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de teses, monografias, artigos e outros textos por parte de alunos e outros membros de suas comunidades (BRASIL e CAPES, 2011, p. 1).

Cabe salientar, todavia, que o plágio acadêmico nas universidades é uma problemática que transcende seus aspectos legais. Afinal, além de se tratar de uma prática que infringe os direitos autorais das obras protegidas por lei, ele está relacionado também a uma dimensão moral, pois trata-se de uma pseudoautoria. Em outras palavras, o plágio também representa uma ação imoral por apartar o leitor da possibilidade do reconhecimento legítimo do esforço daquele que produziu a obra. Portanto, o plágio representa, na esfera educativa, um dano duplo na formação, de um lado, pela dimensão ético-moral e, de outro, pela produção do conhecimento, já que aquele que comete o plágio não produz novos conhecimentos e, conseqüentemente, não contribui para o fomento e o desenvolvimento da ciência.

2. Do plágio: Gênese e sentidos

A origem etimológica da palavra plágio remonta, segundo Cunha (2001), do baixo latim *plagium*, que seria outra forma do grego *πλαγιοζ* (LIDELL e SCOTT, 1889, p. 642 *apud* CUNHA, 2011, p. 611), que significa “oblíquo; transversal, inclinado, torto” ou “que usa meios oblíquos; trapaceiro, ardiso, traiçoeiro”. Todavia, a noção de plágio como apropriação indevida da obra de outra pessoa somente aparece no século II a. C., em que o termo *Plagium*, na *Lex Fabiade Plagiriis* do Direito Romano, se refere a uma medida contra a corrupção, mas associada ao sequestro de um homem livre “para fazê-lo passar como escravo e vendê-lo” (COSTA, 2015, p. 3).

Ou seja, não havia relação alguma com a concepção bem mais recente de apropriação indevida de uma obra produzida por outrem. A propósito, somente a partir do advento do Iluminismo é que o conceito de plágio ganhou a conotação atual. Antes desse período, “[...] o plágio tinha sua utilidade na disseminação das ideias. De acordo com a estética clássica da arte enquanto imitação, esta era uma prática perfeitamente aceitável” (SILVA, 2008, p. 359).

Contudo, na contemporaneidade, e mais especificamente no mundo acadêmico, o plágio tem implicações bastante diferentes. Isso porque, nesse contexto, faz-se necessário ligar a obra ao seu verdadeiro autor, em vista de reconhecimento moral da autoria, responsabilização pelo conteúdo produzido e direito intelectual e econômico sobre o trabalho divulgado.

Chaves (1997, p. 126) define, por sua vez, o plágio como uma

[...] pirataria *soft* ou uma pirataria *light*, porque o plágio é a cópia de uma obra querendo parecer que não é cópia. A cópia pura e simples, em que a pessoa se substitui ao autor, é a usurpação. O plágio não, o plágio disfarça, não quer ser, não quer parecer o que é.

Ainda assim, o processo autoral está marcado pelo universo simbólico do autor, seu estilo, sua personalidade, sua história e seus valores, dessa forma, o plagiário se interpõe entre o verdadeiro autor e sua obra como um dublê, figurando como aquele que carrega e imprime suas marcas na obra. Diniz e Munhoz (2011, p. 20), nesse escopo, descrevem algumas características do plagiador da seguinte forma:

O copista é alguém que repete literalmente o que admira e não se crê capaz de reinventar. Copia para existir pois não tem vida imaginativa. Copia por preguiça intelectual, porque a descoberta intelectual não o provoca. O copista é um miserável, destinado ao silêncio ou ao flagrante eminente.

O plágio pode ser analisado sob aspectos individuais, como nos conceitos supracitados, mas também

pode ser estudado a partir de uma abordagem “mista”, na qual fatores contextuais são associados a fatores individuais. Dentre outros investigadores dessa abordagem, se destacam McCabe, Treviño e Butterfield (2001), Murdock, Hale e Weber (2001) e Sanchez e Innarelli (2012). Estes últimos analisaram indivíduos considerados idealistas e utilitaristas diante da intenção de cometer o plágio, concluindo que, enquanto os idealistas são avessos ao plágio, os utilitaristas são favoráveis, porém, fatores contextuais, como um maior controle e possibilidade de punição por parte instituição, diminui os níveis de intenção de plagiar.

Autores como Azevedo (2006), Ferreira e Persike (2014), Valentim (2014) enfatizam um contexto mais amplo da produção de conhecimento como o pano de fundo para o cometimento do plágio, o chamado “capitalismo científico”, em que está em jogo a pressão por produzir, baseado no “produtivismo acadêmico”, no qual se relacionam *rankings* institucionais, mercado editorial, políticas de avaliação institucional, *status* profissional, entre outros fatores. Nesse sentido, Valentim (2014, p. 12) afirma que:

Na sociedade contemporânea em que o capitalismo científico -cujo lema ‘publicar ou perecer’ (*publish or perish*) persiste-, se configura como a realidade enfrentada pelos pesquisadores de todas as áreas de conhecimento, e também resultados de políticas nacionais de informação científica, com reflexo acadêmico-administrativo nas instituições de ensino superior (IES) e de pesquisa.

Diante desse cenário, se ergue um mercado obscuro de venda de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, artigos, teses, enfim, os mais diferentes tipos e níveis de produção acadêmica, através de sites¹ na internet, nos quais se oferta comodidade intelectual como produto a ser consumido no mercado utilitário do conhecimento. Esse mercado virtual de trabalhos acadêmicos pode se configurar como plágio se o consideramos, como Diniz e Munhoz (2014, p. 24), que “[...] não há dois autores genuínos, mas um autor e um pseudo-autor”. De maneira similar, outra transgressão, bastante comum em tempos de “produtivismo acadêmico”, é a inclusão indevida na assinatura de um artigo acadêmico de pessoas que não participaram efetivamente da sua elaboração.

De qualquer sorte, a cópia não consentida de obra de outrem se configura como plágio, porque sempre estará em jogo o direito moral do autor em ser reconhecido como o criador daquela obra. Afinal, a condição de “paternidade de uma obra é intransferível. O que pode ser vendido, trocado, enfim, negociado da forma que interessar ao autor é a sua propriedade patrimonial sobre a obra” (KROKOSZ, 2015, p. 101).

3. Percurso metodológico: campo empírico, procedimentos e categorias analíticas

Do ponto de vista do percurso metodológico, cabe salientar que a investigação matriz, que deu origem a este texto, sustenta-se em uma abordagem qualitativa, configurada num estudo de caso em profundidade em uma IES brasileira. Segundo Creswell (2010, p. 38), os estudos de caso se configuram como “[...] estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos”.

Por tratar-se de um recorte da pesquisa, escolhemos enfocar, neste artigo, a perspectiva das políticas de enfrentamento institucional do plágio acadêmico numa IES², em que priorizamos compreender o modo pelo qual as políticas institucionais adotadas pela referida IES se tornaram efetivas no enfrentamento do plágio acadêmico. Para tanto, nossa mirada foi emoldurada a partir da análise documental e das entrevistas semiestruturadas com gestores, docentes e técnico-

¹ Nomes sugestivos como “Zé Moleza”, “Trabalhos feitos”, “Monografias prontas”, “Monografias certas”.

² Mesmo que a referida pesquisa tenha sido devidamente submetida na Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa das instituições envolvidas, optamos por preservar o nome da IES estudada.

administrativos da IES.

Ao considerar os procedimentos metodológicos da investigação, é fundamental explicitar que a escolha da IES se deu a partir de um estudo prévio, no qual se tomou como referência o *ranking Webometrics*³ e uma análise dos sites de dez instituições de ensino superior brasileiras que dispõem normativa sobre o plágio em comissões e códigos disciplinares. A definição da escolha da IES em questão se consubstanciou em virtude da presença explícita e específica de marcadores sobre o combate ao plágio acadêmico em suas normativas institucionais, compreendidos, portanto, como *ponto fora da curva* em relação às outras instituições brasileiras.

Assim sendo, o processo de produção de dados teve como ponto de convergência inicial a análise documental do respectivo núcleo de assuntos disciplinares da IES, no tocante a faltas disciplinares envolvendo casos de plágio, e verificados os processos de criação, de concepção e as condições de possibilidade da configuração institucional e dos dispositivos disciplinares, suas normas e resoluções. Em sequência, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas⁴ com gestores, docentes e técnico-administrativos. Em consonância com Gil (2009), num estudo de caso, a definição de quem deverá ser entrevistado se dá ao longo do desenvolvimento da própria pesquisa.

Cabe aqui considerar que, do ponto de vista analítico-metodológico, tomamos emprestadas as categorias propostas por Krokosz (2011), em que as políticas institucionais de antiplágio foram classificadas em: preventivas, diagnósticas, institucionais e corretivas. Tais categorias são tomadas como parâmetro inicial para analisar se, ações de enfrentamento ao plágio, são também realizadas pela IES em questão. Nosso enfoque, no entanto, diz respeito à dimensão institucional do enfrentamento ao plágio acadêmico pela IES.

4. O enfrentamento do plágio acadêmico: Dos dispositivos e aprendizados institucionais

[...] a fraude acadêmica cometida por alunos é um problema de ordem institucional e social. Ela compromete a solidez de estruturas básicas da sociedade, tais como a confiança nas instituições e a confiança interpessoal (ALMEIDA *et al.*, 2015, p. 19).

Espera-se que a universidade produza conhecimento de modo a lançar mão de dispositivos de controle de qualidade sobre os seus processos e, sobretudo, dentro de padrões éticos. Pressupõe-se coerência e compatibilidade entre o seu papel institucional formativo e o modo de produção, amparado em padrões de integridade científica, o que requer mecanismos e postura de enfrentamento ao plágio. Para Krokosz (2011, p. 746): “[...] é incompatível com o escopo universitário de criação e desenvolvimento do conhecimento, constituindo-se demanda que requer imprescindível reflexão e posicionamento institucional”.

Ou seja, não há dúvida que as transgressões e as fraudes acadêmicas vão na contramão desse processo. A fraude impõe à produção de conhecimento uma farsa para o leitor, que interage com um pseudoautor, o autor efetivo da obra, que teve seu conteúdo apropriado indevidamente, para o próprio aluno, que subtraiu de si mesmo a possibilidade de desenvolvimento acadêmico, e para a universidade, que foi burlada em seus preceitos éticos e colocada à prova na sua capacidade de formar profissionais capacitados do ponto de vista da técnica e da ética.

Outrossim, é possível considerar que a integridade acadêmica tem um impacto significativo na reputação institucional (MACFARLANE, ZHANG e PUN, 2014, p. 339). Um estudo desenvolvido por

³ Edição 2016.2.1.

⁴ A entrevista compreendida como forma privilegiada de interação social. Todas as entrevistas foram autorizadas a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os nomes dos interlocutores foram preservados.

Krokosz (2011) mostrou que, reconhecidas universidades internacionais não tratam o plágio e as fraudes acadêmicas como uma questão isolada ou um problema apenas dos estudantes, mas que compete à instituição de maneira global. Para estas universidades, o plágio acadêmico tem sido enfrentado por meio de perspectiva mais abrangente, com status de “política institucional”, e que efetiva, para isso, ações específicas que integram toda a comunidade acadêmica.

No entanto, essas ações transcendem uma “[...] postura policlesca de controle, perseguição e penalização, passando à adoção de estratégias tipicamente educativas que compreendem a conscientização, orientação e formação de uma postura calcada em valores” (KROKOSZ, 2011, p. 752).

Os entrevistados pela investigação que embasa este trabalho admitiram unanimemente a existência do plágio na universidade: “É algo que acontece, é comum”, como disse um dos participantes. Em outras palavras, a prática do plágio, como afirmou Krokosz (2011), está “relacionada ao cotidiano acadêmico”. De outra ordem, isso não quer dizer que seja algo disseminado ou que as IES sejam percebidas como um “centro de plagiadores” (DINIZ e MUNHOZ, 2011, p. 22). De qualquer forma, fica evidente que, assim como qualquer outra universidade, a IES em questão está longe de ficar imune ao plágio.

Interessante ainda perceber que, ao mesmo tempo que as práticas de plágio são naturalizadas pelos integrantes da comunidade acadêmica, o campo empírico mostrou, por meio das entrevistas dos profissionais e de análise documental, que o núcleo de assuntos disciplinares, setor responsável, nessa instituição, pela aplicação efetiva do código disciplinar e pela assessoria às unidades acadêmicas sobre o plágio, é pouco conhecido e pouco solicitado pelos demais setores e unidades acadêmicas da IES.

Além disso, análises documentais e as entrevistas evidenciaram que, apesar de existir uma normativa disciplinar específica sobre o plágio, não há registros de averiguação, processos administrativos, medidas diagnósticas, educacionais ou punitivas baseadas nesse dispositivo legal e institucional.

Há, sim, casos históricos de processos que envolveram denúncias de plágio na universidade estudada, todavia, se tratam de casos esporádicos e não associados à normativa criada pela própria instituição para nortear ações sobre o tema.

Possivelmente não há mais casos de plágio apurados pelo núcleo disciplinar pelo fato de que, numa instância inicial, não é realizado um diagnóstico mais assertivo, como uma das ações articuladas da política institucional de enfrentamento à fraude acadêmica. Reverberam apenas algumas medidas isoladas, por iniciativas particulares de professores, orientadores ou mesmo setores ou unidades da IES.

De outra ordem, podemos nos questionar: de que forma poderá haver casos envolvendo plágio se não há medidas diagnósticas? De que forma podemos introduzir o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) como medidas diagnósticas e impeditivas do plágio e aliadas no enfrentamento da fraude acadêmica? As medidas diagnósticas, segundo Krokosz (2011, p. 760), dizem respeito à “[...] disponibilização e/ou utilização de softwares de detecção de plágio”, sendo que a IES analisada parece não fazer uso sistemático de recurso ou software que seja adotado institucionalmente.

Percebe-se, de forma pontual, que a biblioteca da IES informa, em seu Blog, a existência de softwares antiplágio gratuitos. Mesmo assim, de acordo com Krokosz (2011, p. 757), a adoção de softwares pelas universidades tem, de um lado, um caráter punitivo, e, de outro, preventivo, pois a instituição que informa previamente que adota softwares de detecção de plágio produz um efeito inibitório no cometimento da fraude.

Ao considerar a falta de ações efetivas das universidades brasileiras na adoção de medidas de controle das produções acadêmicas, a OAB aprovou recomendações para adoção de softwares de busca de similaridades para identificar plágios em monografias, dissertações e teses e a adoção de políticas de conscientização dos estudantes acerca da propriedade intelectual e o plágio nas atividades acadêmicas (TORRESI, PARDINI e FERREIRA, 2011).

Na esteira desse pensamento, ressaltamos a necessidade de fomentar uma cultura da integridade acadêmica, e que sua efetividade perpassa por ações articuladas envolvendo as medidas institucionais, preventivas, diagnósticas e corretivas, e que tais medidas tenham status de uma política institucional, e não como algo avulso, executado por iniciativas isoladas. Em outras palavras, o pressuposto é de que as fraudes devem ser enfrentadas por meio de uma política institucional de cunho permanente.

Corroboramos com o entendimento de que a atenção ao plágio ou outras fraudes é um processo formativo contínuo, por meio do qual a instituição adota ações articuladas entre si e de forma integrada, sem ter o aspecto punitivo como objetivo precípua, mas, sobretudo, a perspectiva de um processo pedagógico e cultural. A respeito dessa questão, Ferreira e Persike (2014, p. 520) trazem uma perspectiva que enaltece o cuidado da universidade aos processos formativos sem se descuidar dos seus processos normativos:

As instituições brasileiras de nível superior não têm dado uma resposta à altura da seriedade desse assunto. A pressão por publicação é cada vez maior, entretanto, vem desacompanhada do oferecimento de condições materiais adequadas para que o plágio seja tratado como um problema a ser superado. Dessa forma, é necessário dar assistência pedagógica aos alunos para que consigam escrever textos em português e em inglês nos diversos gêneros textuais acadêmicos, oferecer cursos de escrita acadêmica e estabelecer medidas punitivas claras em relação ao plágio.

De qualquer modo, partilhamos do entendimento de que, quando há um ambiente de impunidade, temos um campo fértil para o desenvolvimento de práticas acadêmicas desonestas. Em outras palavras, foi o que o estudo de Sanchez e Innarelli (2012, p. 49) evidenciou sobre fatores antecedentes de atitude em relação ao plágio, em que “[...] a maior expectativa de severidade da punição ou a maior possibilidade de descoberta, estão associadas a menores níveis de intenção de plagiar”.

Gullifer e Tyson (2010) e McCabe, Treviño e Butterfield (2001), que estudam o fenômeno da desonestidade acadêmica, enfatizam a importância de políticas institucionais por meio da adoção de códigos de integridade acadêmica com regras explícitas, que se constituem como instrumentos fundamentais no sentido da redução do plágio. Também para Aires e Pilatti (2017), as instituições que possuem ações articuladas de enfrentamento do plágio apresentaram uma menor ocorrência desse tipo de transgressão acadêmica em suas publicações. Em outras palavras, a literatura referente ao tema é enfática em afirmar que as instituições que empreendem ações de enfrentamento do plágio diminuem sua incidência, sendo inibidoras do plágio acadêmico.

Segundo os entrevistados, na IES estudada inexistem os códigos de integridade acadêmica, as cartilhas explicativas e os comitês permanentes. Embora tenha um código disciplinar que instrui os ritos e os procedimentos de punição pelo cometimento do plágio, ele não explicita o entendimento de plágio por parte da IES. O referido código disciplinar⁵ tem o intuito de ajustar condutas e trata de vários tipos de transgressões, entre elas o plágio. Por conseguinte, quando a IES normatiza esse tipo de conduta, de certa forma ela sinaliza sua preocupação, como um valor a ser perseguido.

⁵ O plágio aparece no código disciplinar, em seu artigo 9º inciso IX e X, e está no rol das faltas graves: IX - plagiar, total ou parcialmente, obras literárias, artísticas, científicas, técnicas ou culturais; X - apresentar, em nome próprio, trabalho que não seja de sua autoria.

Cabe destacar que, para boa parte dos entrevistados, sobressaiu a ideia de que “norma existe, mas que efetivamente não é aplicada” em virtude da burocratização do processo ou mesmo do desconhecimento da própria norma. De fato, fica evidente o desconhecimento da normativa institucional, não apenas pelo corpo discente, mas também pelo corpo docente, como é possível de se verificar na manifestação abaixo:

Nós temos um grande problema com as nossas normativas dentro da ‘Universidade’, que são normativas que nunca, às vezes, não chegam a ponta, então eu não posso garantir, ainda mais por se tratar de uma normativa com certa idade. Eu não posso garantir que ela seja de amplo conhecimento. A minha tendência seria quase dizer o contrário, que ela não é de amplo conhecimento. É evocada e aplicada caso a caso quando a ocasião se apresenta (Entrevista Gestor).

Outrossim, é relevante compreender que não basta ter uma norma e algumas ações isoladas para se enfrentar o plágio de maneira efetiva. Para Gullifer e Tyson (2010), McCabe, Treviño e Butterfield (2001), Sanchez e Innarelli (2012) e Krokosz (2011), muito mais do que uma norma disciplinada em um código, o comportamento ético de alunos, professores e pesquisadores depende de ações articuladas entre si. Tais ações devem gerar, de fato, uma cultura acadêmica voltada para a produção científica, que proporcione a quebra do paradigma, do que foi chamado, por alguns dos entrevistados, da “cultura da cópia”, herdada, muitas vezes, de seus tempos escolares.











Outro segmento da IES, que realiza um movimento importante relacionado ao plágio, é a sua biblioteca, que, entre suas responsabilidades, informa promover ações preventivas e formativas, cursos e capacitações pontuais no sentido da escrita acadêmica autoral, das normas técnicas, da consulta às fontes, da ética na pesquisa etc. Ademais, divulga em seus espaços de informações sobre: o que é plágio acadêmico, softwares utilizados para sua identificação, divulgações de eventos sobre o plágio acadêmico, informações sobre direitos autorais, divulgação de textos sobre a escrita acadêmica e artigos científicos relacionados ao tema.

O processo da pesquisa mostrou que a IES não possui uma ação e uma política coordenada, articulada e integrada institucionalmente. Que a questão do enfrentamento institucional do plágio acontece por meio de iniciativas pontuais, particulares e isoladas, sem visão sistêmica. Essa realidade fundamenta o que defende Almeida *et al.* (2015), Gullifer e Tyson (2010), McCabe, Treviño e Butterfield (2001), Sanchez e Innarelli (2012) e Krokosz (2011) sobre a necessidade de a questão ser tratada como política institucional, ou seja, uma ação que envolva e brote de cada unidade acadêmica e da gestão universitária como um princípio.

Os dados empíricos deste estudo de caso têm mostrado e indicado que as medidas de integridade acadêmica ainda se dão de forma desconexa e desarticulada. Destaca também a necessidade de se instituírem comissões permanentes de integridade acadêmica; a promoção de ações articuladas e regulares para além da punição; a importância da aquisição de softwares para a análise e diagnóstico de situações de plágio, bem como a necessidade de formação continuada dos docentes sobre o plágio e sobre o fazer pedagógico em relação às questões de natureza ética. Outrossim, ressalta a problemática da falta de divulgação na comunidade acadêmica de suas próprias normativas; a falta de mecanismos de controle mais rigorosos de detecção de plágio; a falta de articulação entre as unidades acadêmicas, setores e núcleo de assuntos disciplinares.

Assim sendo, tendo como referência o estudo de Krokosz (2011), disponibilizamos abaixo um quadro síntese avaliativo, no qual se especificam as ações de enfrentamento institucional do plágio pela IES, considerando as medidas institucionais, preventivas, diagnósticas e corretivas.

Quadro 1 – Quadro síntese das ações/medidas de enfrentamento do plágio acadêmico encontradas na IES estudada, segundo os critérios de Krokosc (2011)

Institucionais	<i>Hotsite</i> institucional com conteúdo exclusivo sobre plágio	
	Política institucional sobre plágio	
	Disponibilização de guias e manuais sobre o assunto	
	Comissão de integridade acadêmica, de sindicância	
Preventivas	Orientação: Ações de esclarecimento da comunidade	
	Capacitação: Cursos, atividades, etc.	
	Formação: Apelo para princípios e valores	
Diagnósticas	Disponibilização/utilização de <i>softwares</i> para detecção de plágio	
Corretivas	Adoção de códigos de honra, códigos de ética, etc. que descrevam o plágio	
	Penalização	

Fonte: Baseado no estudo de Krokosc (2011)

5. Considerações finais

Ao estabelecer como critério para a escolha da universidade a ser investigada, por meio do estudo de caso que embasou este artigo, a existência de uma normativa sobre o enfrentamento do plágio, esperávamos encontrar, na única universidade que atendeu esse requisito dentre as melhores do Brasil, uma política institucional que se aproximasse do cenário adequado descrito por Krokosc (2012). Em suma, tínhamos a hipótese de que a existência de tal normativa facilitaria uma política institucional que atendesse as dimensões institucionais, preventivas, diagnósticas e corretivas. Contudo, os dados levantados por meio das entrevistas e análises documentais revelaram um cenário diferente.

Como ficou evidenciado neste artigo, essa norma é pouco conhecida por docentes e estudantes. Dessa forma, perde-se até mesmo o seu caráter profilático no sentido de inibir a prática do plágio acadêmico, tornando-se uma entre tantas normas que existem, mas que não saem do papel. É fato que, ações de enfrentamento do plágio e outras formas de desonestidade acadêmica não possuem um caráter prioritário na referida universidade, ainda que isso não queira ensejar que a universidade negligencie por completo essa questão, como ficou explícito com algumas ações por parte, sobretudo, de sua biblioteca e algumas outras ações isoladas por parte de alguns professores. Todavia, esses gestos se dão de forma desarticulada e, às vezes, até mesmo improvisadas, não gerando assim impactos significativos no cotidiano acadêmico.

Por conseguinte, pode-se concluir que a institucionalização de uma norma descolada de processos institucionais educativos e preventivos não fomenta uma política institucional geradora de impactos significativos na promoção da integridade acadêmica da comunidade universitária.

Afinal, cuidar da integridade acadêmica deve ser algo prioritário para qualquer instituição formadora, principalmente ao considerar a maior facilidade de circulação das informações através das mídias digitais e, por consequência, a maior facilidade para o copista reproduzir um conhecimento que custou pouco esforço intelectual para copiar e colar.

De acordo com o estudo realizado, podemos ainda indicar ações efetivas que vão na direção do fortalecimento de medidas e movimentos de enfrentamento institucional do plágio acadêmico, como: a necessidade de oferecimento de apoio pedagógico para auxiliar os estudantes no seu processo de escrita acadêmica; o uso de recursos tecnológicos para auxiliar professores na verificação da originalidade; a utilização de códigos de honra; o fortalecimento dos comitês de ética; a criação de dispositivos de controle aliado à formação ética e cultura de honestidade acadêmica; o fomento da autoria do docente/orientador e dele como formador da autoria no aluno e a produção de novas pesquisas na área.

Referências

- AIRES, João Paulo; PILATTI, Luiz Alberto. Medidas de combate ao plágio, adotadas por instituições de ensino superior: uma análise da efetividade das ações na área de ensino. **R. bras. Ens. Ci. Tecnol.**, Ponta Grossa, v. 10, n. 3, p. 163-184, set./dez. 2017.
- ALMEIDA, Filipe; SEIXAS, Ana; GAMA, Paulo; PEIXOTO, Paulo. **A fraude acadêmica no ensino superior em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- AZEVEDO, Eliane S. Honestidade científica: outro desafio ao controle social da ciência. **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, v. 76, p. 35-41, 2006.
- BRASIL. CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Orientações Capes – combate ao plágio**. Brasília, 2011.
- CHAVES, João Carlos Muller. **A pirataria e o plágio. Reflexões sobre direito autoral**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Dep. Nacional do Livro, 1997.
- COSTA, Renata Ferreira. Estudo diacrônico da mudança semântica da palavra “plágio”. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n. 39, p. 128-140, jul./ago. 2015.
- CRESWELL, Jonh W. **Projeto de Pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DINIZ, Débora; MUNHOZ, Ana Terra Meijia. Nem tudo é plágio, nem todo plágio é igual: infrações éticas na comunicação científica. **Argumentum**, Vitória, v. 3, n. 1, p. 50-55, jan./jun. 2011.
- DINIZ, Débora; MUNHOZ, Ana Terra Meijia. **Plágio palavras escondidas**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2014.
- FERREIRA, Marília Mendes; PERSIKE, Alissa. O Tratamento do plágio no meio acadêmico: o caso USP. **Signótica**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 519-540, 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Estudo de Caso**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- GULLIFER, Judith; TYSON, Graham A. Exploring university student’s perceptions of plagiarism: a focus group study. **Studies in Higher Education**, Australia, v. 35, n. 4, p. 463-481, jun. 2010.
- KROKOSZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 745-818, 2011.
- KROKOSZ, Marcelo. **Autoria e plágio**. São Paulo: Atlas, 2012.
- KROKOSZ, Marcelo. **Outras palavras sobre plágio**. São Paulo: Atlas, 2015.
- MACFARLANE, Bruce; ZHANG, Jingjing; PUN, Annie. Academic integrity: a review of the literature. **Studies in Higher Education**, UK, Taylor & Francis, v. 39, n. 2, p. 339-358, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03075079.2012.709495>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MCCABE, Donald L.; TREVINO, Linda Klebe; BUTTERFIELD, Kenneth D. Cheating in academic institutions: a decade of research. **Ethics & Behavior**, UK, Taylor & Francis, v. 11, p. 219-232, 2001.

MURDOCK, Tamera B.; HALE, Natalie M.; WEBER, Mary Jo. Predictors of cheating among early adolescents: Academic and social motivations. **Contemporary educational psychology**, USA, Elsevier, v. 26, n. 1, p. 96-115, 2001.

OAB. Conselho Federal da Ordem dos advogados do Brasil. **Proposta de adoção de medidas para a prevenção do plágio nas Instituições de Ensino e do comércio ilegal de monografias**. 2010. 19.07379-01. 28 out. 2010.

SANCHEZ, Otávio Próspero; INNARELLI, Patrícia Brechet. Desonestidade acadêmica, plágio e ética. **GV Executivo**, São Paulo, v. 11, n. 1, jan./jun. 2012.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual é o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 357-368, maio/ago. 2008.

TORRESI, Susana Inês Córdoba; PARDINI, Vera L.; FERREIRA, Vitor F. É Plágio. E daí? **Química Nova**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 371, abr. 2011.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ética na pesquisa: a questão do plágio. *In*: SILVA, Rubens Ribeiro da. **Direito autoral, propriedade intelectual e plágio**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 189-209.

Maurício Luiz Marinho de Melo

Professor e supervisor do Centro Universitário CESMAC-AL. Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia 15ª Região, Psicólogo da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió. **E-mail**: mauriciomarinhomelo@gmail.com

Alexsandro dos Santos Machado

Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, PE. Núcleo de Saúde Coletiva. Pesquisador do Núcleo de Estudos Educação e Gestão do Cuidado e do Grupo de Estudos da Transdisciplinaridade, Infância e Juventude.

E-mail: alexsandro.machado@ufpe.br

Rafael Arenhaldt

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS. Faculdade de Educação/ Departamento de Estudos Especializados. Pesquisador e Coordenador do Núcleo de Estudos Educação e Gestão do Cuidado.

E-mail: rafael.arenhaldt@ufrgs.br